



DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NOS SERVIÇOS



Disque 100

É o serviço nacional sobre violação de direitos humanos que pode encaminhar denúncias aos órgãos competentes.

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Pode ser acessada por meio do endereço eletrônico ouvidoria@mdh.gov.br

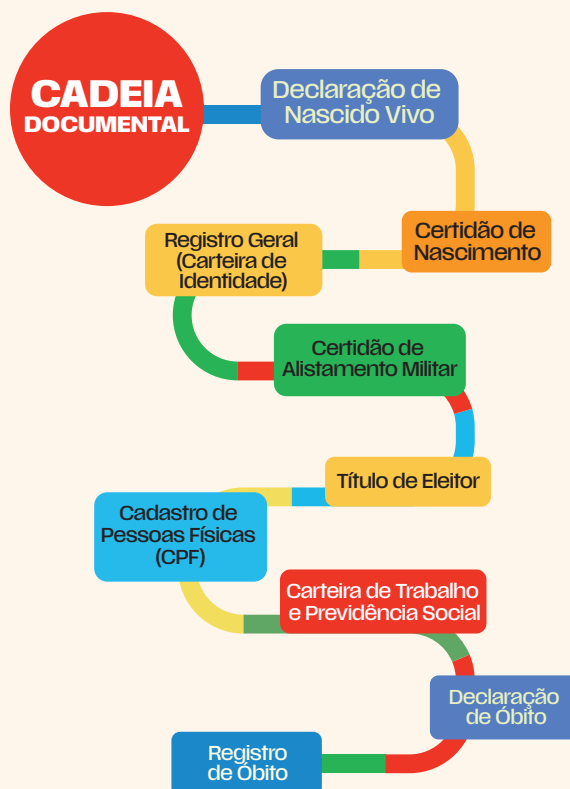
Defensoria Pública

Defensores públicos prestam atendimento jurídico gratuito e atuam na defesa de seus direitos.

Em caso de omissão dos órgãos competentes

Se a denúncia não chegar ao juiz da Comarca local ou à Corregedoria de Justiça do estado, ela deve ser encaminhada à Corregedoria Nacional de Justiça pelo site cnj.jus.br.

Para mais orientações, procure o Comitê de Registro Civil de Nascimento da sua cidade ou do seu estado.



SERVIÇO

Secretaria Nacional de
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Diretoria de Promoção dos
Direitos Humanos

Coordenação-Geral de
Promoção do Registro Civil de Nascimento

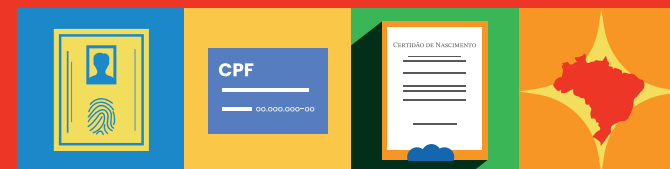
E-mail: rcn_cidadania@mdh.gov.br

SAUS Q. 5 Ed. Multibrasil, Bloco A - 5º andar - Asa Sul,
Brasília - DF, 70070-050

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

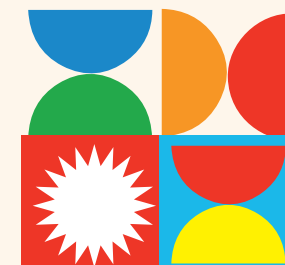
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A CIDADANIA COMEÇA AQUI



REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

UM DIREITO QUE DÁ DIREITOS!



Questão de cidadania

O Registro Civil de Nascimento é um direito fundamental para exercer a cidadania.

Com ele, a pessoa pode acessar serviços de educação, saúde e assistência social.

É com a certidão que o cidadão pode se **matricular em escola, casar-se no civil, registrar óbito, votar e ser votado, abrir conta em banco, obter benefícios de programas sociais ou trabalhar com carteira assinada.**



A partir da Certidão de Nascimento, é possível obter demais documentos básicos.

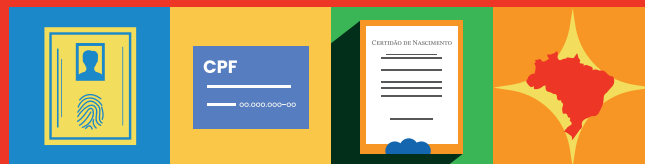
Documento é direito de todos!

Ao garantir acesso à documentação básica a toda a população, o país reduz os índices de sub-registro e permite que registros tardios sejam recuperados ainda na infância.

Desde 2007, o Brasil tem se mobilizado para cumprir o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica.

Parceria para promover dignidade às pessoas

As estratégias para aproximar a população da rede de atendimento e emissão de documentos são criadas pela Coordenação-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em articulação com governos federal e estadual, sistema de justiça, sociedade civil e instituições parceiras.



Cartórios em maternidades: Chorou registrou

O Governo Federal incentiva o funcionamento de cartórios em maternidades, as chamadas Unidades Interligadas, para que bebês sejam registrados logo ao nascer e saiam do hospital com Certidão de Nascimento e CPF.

Mutirões para emitir documentos

Com essas ações, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ajuda a aproximar a rede documental dos cidadãos. A iniciativa é resultado de incentivos à implementação e ao fortalecimento de comitês gestores estaduais e municipais de erradicação do sub-registro civil de nascimento.

Registros e políticas públicas

Com uma base de dados chamada Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), o Governo Federal capta, processa, arquiva e disponibiliza dados de registros produzidos pelos cartórios e utiliza essas informações para elaborar, monitorar e avaliar políticas públicas para a população.



Educação em Direitos Humanos

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) oferece, gratuitamente, o curso "Direito à Identidade, Cidadania e Documentação" para ajudar pessoas a compreenderem a relação entre registro civil e emissão de documentação básica para o exercício da cidadania e da democracia, sob a perspectiva dos direitos humanos.

Acesse: www.escolavirtual.gov.br/curso/397.

O MDHC também realiza estudos e encontros, elabora cartilhas e outros materiais informativos disponíveis em www.mdh.gov.br, no botão "Registro Civil de Nascimento".



Mobilização de agentes públicos

Profissionais de educação, saúde e assistência social precisam participar ativamente dos Comitês Estadual e Municipal de mobilização em prol do registro, planejando uma resposta mais rápida e eficaz de acesso à documentação básica.

São esses trabalhadores que desempenham papel fundamental na vida dos brasileiros e podem contribuir, mais de perto, identificando pessoas sem registro e/ou sem documentos.

Ao constatar a ausência de registro ou documentos, os agentes públicos ajudam e orientam a população e, assim, ampliam o exercício da cidadania.